

DA RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS AO FEMINISMO NO CONE SUL – Razões e rupturas, processo de afastamento das mulheres das organizações de resistência

Gabriela Santetti Celestino

Aluna de graduação em História Universidade Federal de Santa Catarina

bolsista PIBIC/CNPq Orientada pela Profa. Dra. Joana Maria Pedro

1. INTRODUÇÃO

Entre as décadas de sessenta e oitenta do séc. XX os países do Cone Sul viveram um processo de ditaduras militares que tiveram em comum, entre outros elementos, uma intensa repressão aos movimentos sociais. É neste momento que diversas mulheres se aproximam dos movimentos e organizações de resistência, que em sua maioria, fossem os partidos, a guerrilha, ou mesmo os movimentos de juventude, tinham como base a ideologia de esquerda, inspirados nos processos revolucionários russos e no marxismo.

É neste período também que começa a surgir na Europa os movimentos feministas de segunda onda. O significado do que chamamos de “feminismo” tem, sem dúvida, diversas interpretações que já foram extensamente debatidas na historiografia das mulheres, resultando em uma série de diferentes conclusões acerca do que significa ser feminista e o que é feminismo, de tal forma que hoje podemos também considerar não apenas um, mas uma infinidade de feminismos. Porém como afirma Claudia de Lima Costa: “esta heterogeneidade interna não fragmentou nem enfraqueceu a importância política do feminismo”. (Costa, s/d, p.2)

No Cone Sul, as influências do movimento feminista começam a penetrar as organizações de resistência, e muitas destas mulheres passam a desenvolver o que chamamos de “dupla militância”, ou seja, militavam em diversos casos em mais de um movimento ao mesmo tempo, no movimento de esquerda e no movimento feminista.

Interessa-nos compreender quando e como estas mulheres sentem a necessidade de se organizar em movimentos feministas, ONGs, grupos de discussão, ou a realizar estudos acadêmicos na área do feminismo e gênero. E como esta necessidade influencia na decisão de romper com a organização de esquerda.

Muitos estudos apontam para a relação destas mulheres com a influência externa dos movimentos feministas europeus e americanos através do exílio. O exílio então se torna muitas vezes uma narrativa comum para justificar a ruptura e legitimar a ideia de que o

feminismo entrou na América Latina a partir, unicamente, das influências externas. Observamos ainda a forma como algumas destas mulheres se apropriaram deste discurso, conscientemente ou não, para justificar a ruptura com a ideologia da revolução. São recorrentes os casos como Helena Hirata que conta só ter contato com o feminismo a partir da ida ao exterior:

...consegui um documento de viagem, fui pra França, e na França tive importantes contatos com militantes da esquerda francesa, inclusive através do Michel Levi que fazia um pouco a ponte entre os brasileiros, porque ele era de origem brasileira e francesa; e aí eu comecei a militar a partir de 73 numa organização que é a Liga Comunista Revolucionária, que é uma organização que tinha uma componente feminista muito forte; e foi assim que eu cheguei a me sensibilizar pelas questões do feminismo, porque as mulheres que eram militantes dessa organização também dita revolucionária da esquerda etc., elas eram bastante feministas e militavam em grupos autônomos de mulheres, em comissões sindicais, comissões de mulheres no sindicato etc. (Helena Hirata, 2008)

Denise Rollemberg, ao escrever sobre a experiência no exílio coloca este como um espaço de crise de identidade, de reconstrução de identidade devido ao choque cultural como uma experiência imposta contra a vontade aos exilados.

A derrota de um projeto político pessoal, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades, que muitas vezes os infantilizavam, o não reconhecimento nos novos papéis disponíveis, tudo isso subvertia a imagem que os exilados tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidade. [...] A história do dia a dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era- ou se pretendia ser- e o que acabou sendo de fato.

Ao tratar o exílio como um momento de crise de identidade, de construção de novos valores, de adaptação a novas culturas, é possível entendermos como este movimento de fato mudou a forma como estas mulheres entendiam a si e buscaram novas alternativas de organização tendo o exílio como elemento central deste processo de mudança de engajamento. O exílio aparece então como o discurso de justificativa, muitas mulheres se apropriaram deste discurso, conscientemente ou não, para justificar a ruptura com a ideologia da revolução que muitas vezes estava colocada como marco ideológico e de formação dos programas destas organizações de resistência.

Em muitos casos os discursos sobre a experiência do exílio, são construídos para legitimar a ideia de que o feminismo entrou na América Latina a partir, unicamente, das influências externas.

Embora o exílio seja um elemento importante, e em muitos casos determinante para o contato com o feminismo, a análise de que este é o grande responsável pela mudança de engajamento não dá conta de explicar como muitas mulheres que não saíram da América Latina possuem trajetórias semelhantes de dupla militância e mudança no engajamento, e são hoje referências importantes para o feminismo.

2. METODOLOGIA

Para esta pesquisa foram utilizadas as entrevistas de Maria Amélia de Almeida Telles, Alejandra López Gómez, Alejandra Ciriza, Helena Hirata, Gloria D'alesandro, e Eleonora Menicucci de Oliveira, coletadas no acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH e em depoimentos publicados em artigos, além do livro de memórias intitulado *No Corpo e Na Alma* de Derley de Luca. Para a análise deste material estamos aportadas na história oral entendendo esta como em ALBERTI (2005, p.155):

“a História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.”

Nestes testemunhos procuramos compreender a memória como carregada de subjetividades, como estas mulheres constroem suas memórias ao recontar suas trajetórias, sem perder de vista que:

...a história passada de geração para geração é entendida muitas vezes por quem a recebe não como uma cópia autêntica do ocorrido, sem subjetividade. Cada indivíduo, enquanto sujeito histórico, compreende e interpreta construindo uma representação particular do ocorrido, modificando, muitas vezes, a tradição [...] Trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tão pouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação desta, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa. É estar preparado para compreender que nem sempre o ato de rememorar é uma ação saudável e positiva para o sujeito, pois pode trazer dores e sofrimentos. É

escrever história sem sacramentar certezas, mas diminuindo o campo das dúvidas. (SILVEIRA, Élder, 2007)

Outro pressuposto metodológico é o uso das categorias de análise compreendendo que estas possuem história. Em especial trabalhamos com duas categorias: Gênero, por entendê-lo como *modo de dar significação as relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças de sexo.* (Pedro; Wolff, 2009) E subjetividade, aportada em Kathrryn Woodward, quando coloca que a subjetividade sugere:

A compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossa concepção sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade. (Woodward, 2009)

Esta categoria é fundamental para este trabalho, pois possibilita localizar nas entrevistas a forma como estas mulheres se colocam no contexto social das ditaduras mas também no momento da entrevista, possibilita compreender quais elementos subjetivos moldam estes discursos para que estas mulheres sintam-se a vontade ou não de falar sobre novos temas e negar outros, falar sobre suas emoções, suas dores, suas experiências.

Kathryn Woodward destaca a importância da sociedade e do contexto social na subjetividade e aponta a necessidade de adoção de identidades que nos permitam nos inserir em determinados grupos e nos diferenciar de outros, a identidade então enquanto categoria de análise também se destaca pela importância em nosso trabalho. Na mesma produção, chamada *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*, a socióloga inglesa busca demonstrar que os sujeitos dão significados aos discursos a partir de sua subjetividade mas estão ao mesmo tempo sujeitados ao discurso e devem assumi-lo como indivíduos que se posicionem a si próprios. São as posições que assumimos que constituem nossa identidade.

Outro aspecto importante ao trabalharmos com estas fontes é a análise destas entrevistas sobre a perspectiva do discurso. Quando pensamos na justificativa do exílio,

por exemplo, levamos em consideração que o processo de ruptura pelos quais estas mulheres passaram era constantemente tratado como uma grave traição, e que o próprio exílio como ruptura com o seu país era muitas vezes por estas mulheres entendido como uma libertação e se tornava uma justificativa comum. Entre as mulheres que não foram exiladas as justificativas se tornam mais importantes para estas mulheres, buscamos entender, ao analisar estas memórias, quem é o sujeito que fala, porque fala e porque desta forma, o que ele fala e como fala, mas em especial para que ele fala.

Segundo Eni Orlandi a *Análise de Discurso tem seu ponto de apoio na reflexão que produz sobre o sujeito e o sentido – um relativamente ao outro- já que considera que ao significar, o sujeito se significa.*(Orlandi, 1994) Não estamos, como sugere Orlandi que não o fazemos, *buscando procurar conteúdos ideológicos que seriam a ocultação da realidade, mas justamente os processos discursivos em que ideologia e linguagem se constituem de forma a produzir sentidos.*(Orlandi, 1994).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Especialmente em períodos em que a luta de classes está mais acirrada, ou seja, onde as classes sociais (burguesia e proletariado) se enfrentam mais abertamente e quando a população se envolve de alguma forma neste processo mais diretamente, como foi o caso das ditaduras no Cone Sul nos anos 1960 e 1970, o compromisso assumido com as organizações de resistência desde a sua prática a sua moral representam parte significativa da vida destas mulheres, principalmente aquelas em situação de clandestinidade. Uma militante guerrilheira ou clandestina não é perante a sociedade uma cidadã. É uma foragida, uma desaparecida, uma criminosa, uma subversiva. Assim, seu nome e sua identidade ficam ao mesmo tempo protegidas e submetidas a sua vida enquanto militante. É a tarefa política que assume o que irá definir onde esta militante irá morar, onde poderá ir, onde, e se, irá trabalhar, como irá se chamar, como se vestir, etc.

Romper com essa realidade é um processo muito complexo, comparável talvez à experiência do exílio já citada. Mesmo entre aquelas organizações que não possuem um projeto estratégico tão bem definido, ou seja, que não buscam a dissolução do sistema capitalista e a construção do socialismo, que buscam transformar o sistema por dentro, ou ainda entre as organizações que defendem abertamente o sistema capitalista e o

liberalismo, mas que se organizam para resistir à ditadura militar por estarem descontentes com a falta de democracia do regime, uma ruptura é uma atitude perdoável, principalmente em um momento como o vivido durante o período militar.

Não nos interessa com esta pesquisa afirmar se estas mulheres foram ou não traidoras da luta contra a ditadura militar e da revolução, ou julgar a razão destas organizações. Interessa-nos saber como estas mulheres lidaram e lidam ainda hoje com esta situação, afinal, não foram poucas as mulheres que por uma razão ou outra de decepcionaram com a resistência. Procuo analisar quais as motivações, os acontecimentos, as decepções, as memórias que estas mulheres construíram como sendo decisivas para estas rupturas.

A decisão de sair do país com seus filhos para o Chile ou de mandar cartas anônimas para a imprensa criticando as atitudes de sua própria organização; A decisão de abandonar as reuniões semanais do partido e procurar novas formas de organização de mulheres no interior dos governos ou nas ONGs e institutos; A decisão de se dedicar a vida acadêmica, fazer um mestrado, doutorado, etc. dedicando sua vida a uma outra forma de transformação da sociedade através da luta contra as desigualdades de gênero, pelo direito das mulheres ao seu corpo, a sua sexualidade, ao amor, ao emprego, a educação, ao amor. Compreender estas decisões, mesmo sem buscar nenhuma verdade ou procurar por fatos concretos, é a busca desta pesquisa. Buscando nos indícios, nas hesitações, nas memórias destas mulheres como estes relatos se transformam ao longo do tempo em discursos que são apropriados pela historiografia.

Ao ouvir o relato destas mulheres compreendemos que não existe uma chave que abra uma porta para as respostas, as razões subjetivas destas mulheres não podem ser ignoradas nestes relatos, existem elementos próprios de cada experiência relatada, porém, há elementos que permitem um estudo comparativo, não podemos ignorar tampouco as semelhanças nos acontecimentos e principalmente nos discursos destas mulheres, que aparecem com um peso significativo na construção destas justificativas individuais.

Partindo da análise de que o exílio foi um elemento central para a formação do feminismo no cone sul, mas que o mesmo não explica sozinho o movimento de mudança de engajamento no período das ditaduras, considerando que algumas mulheres com uma trajetória semelhante não saíram para o exílio, buscamos nas entrevistas quais os motivos que podemos identificar, e quais as razões que estas mulheres usam ao narrar esta

mudança, em geral bastante brusca, pois compreende um momento de ruptura com a organização e até mesmo com a ideologia desta, na qual estas mulheres se organizavam anteriormente, para passar a buscar novas experiências no campo do gênero e do feminismo. Buscamos levantar alguns dos motivos recorrentes encontrados como justificativa destas mulheres para este processo de rupturas, considerando a dificuldade destas mulheres em construí-las visto que o processo de ruptura em si era muitas vezes considerado traição e que portanto, exigia uma justificativa mesmo que para si, e que muitas vezes transparece nas entrevistas.

a. Contato indireto com o exterior:

Muitas destas mulheres afirmam ter tido o primeiro contato com o feminismo ainda nas organizações de esquerda, a partir da leitura dos teóricos do marxismo. Mesmo em organizações que não comportavam esta discussão, o contato com os textos e as produções que chegam do exterior, que começam a penetrar as organizações de esquerda, principalmente os escritos de Clara Zetkin, Kolontai, Engels, mas também as notícias das mobilizações européias e americanas começam a refletir nas produções que são trazidas ao Brasil e aos países do Cone Sul, e que as mulheres exiladas passaram a reproduzir em seu retorno ao país.

O contato com o exterior não se dá apenas na ida ao exílio em si, muitas destas mulheres tiveram um contato indireto com o exílio, participando de grupos onde algumas mulheres retornam do exterior ou até mesmo reencontrando antigas companheiras exiladas. Este contato, marcado pelo surgimento dos grupos de reflexão femininos, por exemplo, foi percebido em várias entrevistas. Muitas mulheres, ao retornarem a seu país, buscavam envolver outras mulheres que não saíram do país nas discussões iniciadas no exterior. Alguns partidos de esquerda, em especial aqueles que buscavam construir a luta pelo socialismo e fim da ditadura, com algum espaço para a discussão das opressões, incorporavam estas discussões em seu cotidiano, montando congressos ou eventos. Como no caso relatado por Gloria D' Alejandro:

E nesta época muitas mulheres da Europa, suecas, alemãs austríacas, da internacional socialista de mulheres chegavam para integrar uma espécie de movimento socialista que funcionava dentro do partido socialista. E elas haviam se associado com uma social democrata sueca e estas mulheres tinham muito

dinheiro e muitas que estavam no exílio mandavam dinheiro para fundar o Instituto da mulher e do menor e mandaram dinheiro e compramos uma casa e aí se formou esse instituto e comecei a perceber, a ler e estudar que sou uma vítima da violência.(Gloria D'Alejandro, Uruguai, 2008)

Mas esta dupla militância era por muitas vezes conflitante, como mostra em seu depoimento Alejandra Ciriza que foi militante do PRT argentino:

...a resposta sistemática que recebia frente às demandas (feministas) a incorporar, porque não eram somente discussões teóricas, mas demandas a incorporar... Era que não, que era uma contradição secundária, que eu ia ver quando chegássemos ao socialismo.(Ciriza, 2006)

E Maria Amélia de Almeida Telles, que foi militante do Partido Comunista Brasileiro desde os 15 anos e participou da fundação do PCdoB, partido do qual fez parte e permaneceu até sua expulsão com 42 anos. Telles buscava construir campanhas como o divórcio e o aborto, e em defesa da permanência das prostitutas na beira do trem em Minas, fazendo estas discussões com sua irmã e alguns colegas no trem, na volta da escola, chegando a fazer um jornalzinho para distribuir no trem, mas o partido estava, segundo Telles, muito atrasado nestas discussões.

“Eu, quando entrei no partido tinha toda essa discussão, e é engraçado, e no partido a discussão era mais atrasada. O partido sempre foi mais atrasado, muito mais atrasado, do que a sociedade. Chega um ponto que é insuportável pra mim, dentro do partido...”

Telles diz que os assuntos mais comuns mesmo em sua juventude eram os assuntos ditos “masculinos”. *Embora o assunto principal era... Os assuntos dos homens, né? Que era reforma agrária, as reformas urbanas, existia, aquela reforma de base, as reformas de base. Era o assunto principal.*

Já no partido Telles tem conhecimento da existência de um congresso internacional de mulheres na União Soviética, no qual estaria presente uma militante do PCdoB. E este congresso despertou sua curiosidade sobre este evento, mas a reunião de mulheres do partido a decepcionou pela debilidade de se fazer o debate interno, em muitos casos estes debates eram tratados como debates pequeno burgueses e considerados um grande desvio para a luta da esquerda.

Na ditadura, Telles foi presa logo após o golpe por poucos dias, mas foi indiciada e perdeu o emprego. Foi quando passou a trabalhar na imprensa do jornal, os homens da

direção eram responsáveis pela edição do jornal, então Telles conta que nunca conseguia publicar matérias de mulheres ou cultura.

“E aí eu sempre pedia pra colocar uma matéria sobre mulheres, e muito sobre cultura, porque às vezes eu via na cultura uma possibilidade de fazer alguma coisa. Eles sempre achavam... às vezes eles até achavam boa a matéria, mas ficava pro próximo número porque não cabia. E acabava nunca saindo, sabe? E quando, nossa, quantas vezes eu fiz matéria, cheia de página (...) Depois saía, três linhas daquela matéria, porque não deu, porque não deu. Pra dizer que não saiu nada, então saía.”

Quando começam a aparecer as primeiras menções públicas que Telles identifica como fruto de uma matéria do Pasquim com a Betty Friedan, sobre feminismo Telles passa a discutir com o partido.

“É, tudo eles vem com brincadeira, e eu achava eles muito machistas, tanto é que eu sempre escrevia para o Pasquim, mas sempre com nome falso, eu nem lembro que nome eu pus, porque eu não podia por meu nome, não podia assumir, criticando o machismo deles, e eles respondiam para mim, eles punham lá na carta dos leitores, mas eu criticava, porque eu achei um absurdo o que eles fizeram com a Betty Friedan, porque eles falavam que ela era horrorosa, porque ser feminista, foi aí que eu vi feminismo, foi aí que eu vi o feminismo, eu falava, não, esse negócio é interessante, só que quando eu vi esse negócio de feminismo, eu discuti isso no Partido, porque esse negócio é interessante”

Este tipo de relato é comum nas mulheres que atuaram nas organizações de esquerda no Cone Sul na década de 1970, e com o início dos processos de abertura, ou mesmo com a repressão a estes movimentos e organizações, muitas destas mulheres começam a traçar diferentes trajetórias, passam a construir outros projetos de vida e passam pelo que chamamos de “mudança de engajamento” em que nos interessa perceber em que pontos podemos encontrar semelhanças.

b. Relações de poder no interior da organização:

Talvez a justificativa mais recorrente nas entrevistas e possivelmente aquela que merece maior atenção dos estudos feministas, seja justamente a coloca a importância de iniciarmos uma reflexão sobre estes grupos de esquerda que surgem na América latina, trata da opressão sentida por estas mulheres no interior destes movimentos.

Nesse momento me incomodava a estrutura patriarcal, onde a participação das mulheres era uma participação que... como diz uma autora

argentina “todas nós aprendemos a falar, mas nem todas temos a palavra” e a palavra das companheiras era uma palavra que, em comparação à palavra dos companheiros, era uma palavra menos valorizava. (Alejandra Lopes Gomes, 2008)

As relações nos movimentos de esquerda relatados por estas mulheres se diferem de organização para organização, mas dois pontos são constantemente relatados, mesmo entre as mulheres que afirmam nunca terem se sentido discriminadas em suas organizações: o pouco número de mulheres nas direções e a relutância das organizações em colocar o tema como pauta da organização.

O partido não conseguiu acompanhar. Não conseguiu acompanhar e nem tinha condições de acompanhar, porque era só homem, como que ia acompanhar a evolução da sociedade. Uma sociedade masculina? Não tem condição. A sociedade é mais ampla, né? Então não tinha condições, e era, além de uma sociedade masculina, reprimida, né? Porque era totalmente reprimida. (Maria Amelia de Almeida Telles, 2005)

c. O processo de abertura democrática

Outra questão que pode ser percebida diz respeito ao regime ditatorial instaurado e seu processo de abertura posteriormente, porque em primeiro lugar as organizações de esquerda foram duramente reprimidas em todos estes países, o que tornava a organização clandestina muitas vezes pouco sólida, e estes grupos pelo grande número de desaparecidos, mortos e exilados, estes grupos se dissolviam e estas mulheres buscavam outras formas de organização.

O mesmo processo de dissolução destes grupos pode ser observado também no processo de abertura democrática, pois muitas vezes estes grupos não possuíam um objetivo estratégico para além da resistência ao regime ditatorial e com o seu fim, estes grupos tendiam a buscar outros grupos ou outras formas de organização e também aí as organizações feministas e ONGs se tornam um atrativo para estas mulheres. Ou mesmo, o processo de abertura colocava em cheque para algumas destas mulheres a necessidade destas organizações.

d. Experiência no cárcere

Muitas mulheres ainda entram em contato com o feminismo na cadeia, pelo contato e proximidade com outras mulheres que permitia maior aproximação, pelo cotidiano

feminino do presídio e ainda porque podiam perceber os reflexos do machismo na sociedade a partir da diferença de tratamento, da tortura, da violência sexual, entre homens e mulheres.

A cadeia foi além de um espaço de tortura um espaço de organização das mulheres, No relato de Telles, conta que participou de um grupo de mulheres com Eleonora Minencucci durante seu período no cárcere, e entende que a cadeia iniciou sua militância no feminismo.

Nós conseguimos, na cadeia, foi um momento que eu convivi com 23 presas políticas, onde nós discutimos muito feminismo. ... Eu fiquei 6 meses incomunicável, e depois 5 meses eu fiquei vivendo com essas mulheres... eu fiquei com as mulheres, era a cela das mulheres, as atividades que nós fazíamos, organizadas, éramos um coletivo de mulheres... Na cadeia, a gente viu muito pouco disso, mas viu que a mulher tinha uma discriminação, a mulher era torturada diferente, enfim é isso que a gente viu. (Maria Amélia de Almeida Telles, 2005)

É o caso também de Eleonora Minencucci que coloca em entrevista concedida ao laboratório: *Pois é Joana, eu me descobri feminista na cadeia... Em 1971 em São Paulo no DOI-CODI. Ao ser perguntada sobre sua identificação com o feminismo. Minencucci era ex militante do Partido Comunista Brasileiro e neste período estava na guerrilha com o POC (Partido Operário Comunista). Porém a identificação com o feminismo não explica a ruptura com a organização de esquerda necessariamente, mas Minencucci continua:*

E isso foi o momento decisivo pra eu descobrir a importância que a maternidade tinha pra mulher e a importância que qualquer instância social de poder... [o DOI-CODI] fazia uso do corpo da mulher e da maternidade, né? Isso me fez a pensar... me colocou a pensar e refletir muito no sentido de qual era a relação do centralismo democrático, da esquerda com a questão da mulher. Por que eu fui me descobrir feminista na tortura?... E também ao repensar toda a minha trajetória de esquerda eu pude perceber as relações de poder muito forte de gênero na esquerda. (Minencucci, 2004)

As diferenças no tratamento de mulheres e homens certamente variava entre as organizações, mas se repetem os relatos onde fica claro que ser mulher nas organizações de esquerda representava uma série de limitações e normas. Eleonora Minencucci elenca dois elementos de diferenciação que ela foi se dando conta durante o cárcere.

A primeira questão é sobre a dificuldade de mulheres chegarem aos cargos de direção do movimento, apesar de ter sido ela própria membro da direção. Mas justifica que para tal teve de assumir “características masculinas”. Outro elemento é que durante a ditadura militar, nos momentos mais duros da repressão instaurou-se uma regra onde as mulheres apenas poderiam ter relações sexuais com os membros de sua célula. Esta norma era apenas aplicada as mulheres da organização.

4. CONCLUSÃO

Este estudo buscou fazer uma comparação entre os discursos de mulheres do Brasil, Argentina e Uruguai, que passaram por processos semelhantes de mudança de engajamento, rompendo com organizações de esquerda e de resistência às ditaduras, e buscando construir uma trajetória no gênero e feminismo.

O que percebemos, é que, embora as ditaduras se diferenciem em diversos aspectos, os relatos destas mulheres possuem muitos pontos semelhantes, seja em termos de tempo ou mesmo de espaço se pensarmos no conjunto da América, ou ainda por estas organizações possuírem uma ampla rede de contatos e trocas de informação que possibilitavam o surgimento de discussões teóricas e práticas muito próximas.

Na busca por procurar nestes discursos os possíveis motivos que levaram estas mulheres a este processo de mudança de engajamento, levantamos algumas hipóteses que se repetem em seus relatos, porém ficou claro que, embora estas busquem justificar este processo com uma única razão, normalmente recorrendo ao exílio, em suas memórias aparecem uma série de recorrentes conflitos com estas organizações e a dificuldade de conciliar a dupla militância.

Esta reflexão nos leva a considerar que não podemos reduzir a vivência destas mulheres a uma única explicação do processo, mas levar em conta toda a experiência destas mulheres e como nestas memórias elas buscam por construir e reconstruir estas justificativas.

Entretanto merece destaque a importância de compreender de que forma as organizações entendem e aplicam a pauta de mulheres no interior das organizações, entendendo de que forma isto reflete na experiência destas mulheres que nos anos de ditadura militar encontraram nestas organizações o espaço de resistência, mas que diante

da necessidade de auto organização das mulheres e da resistência imposta pela organização buscam novas alternativas e novos espaços de organização.

5. FONTES

5.1 TELLES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Ivonete Pereira (Digital). São Paulo, Brasil, s/d. Transcrita por Gabriela Grimm. Acervo do LEGH/UFSC. **TELLES, Maria Amélia de Almeida.** Entrevista concedida a Maria Joana Pedro (3 fitas cassete). São Paulo, Brasil, 2005. Transcrita por Soraia Mello; Maria Cristina Athayde; e Veridiana Bertelli de Oliveira; Acervo do LEGH/UFSC.

5.3 GÓMEZ, Alejandra López. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital) Montevideo, Uruguai, 2008. Transcrita por Isabel Cristina Hentz; Acervo do LEGH

5.4 CIRIZA, Alejandra; LLAVES, Nora. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Córdoba, Argentina, 27/10/2006. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Veridiana Bertelli, revisada por Yarssan Dambrós.

5.5 HIRATA, Helena. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis, Brasil. 2008. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Adriano Luna de Oliveira, revisada por Sergio Luis Schlatter Junior.

5.6 D'ALESSANDRO, Gloria. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). Uruguai, 23/03/2008. Acervo do LEGH

5.7 OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (1 fita cassete). Cárceres - MT, Brasil, 14/10/2004. Acervo do LEGH/UFSC.

5.8 DE LUCA, Derley Catarina. No corpo e na alma. Criciúma, 2002

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 COSTA, Claudia de Lima. **O sujeito no feminismo:** revisando (novamente) os debates. Trabalho não publicado.

6.2 SILVEIRA, Éder da Silva. **História Oral e Memória:** a construção de um perfil de Historiador Etnográfico. Revista eletrônica da ULBRA, 2007 in http://www.cienciaeconhecimento.com.br/pdf/vol001_HiA2.pdf acesso em 12/04/2012 acesso em 24/03/2012

6.3 HENTZ, Isabel Cristina, VEIGA Ana Maria. **Entre feminismo e a esquerda:** contradições e embates da dupla militância. Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul / organização Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Ana Maria Veiga. – Florianópolis:ed. Mulheres, 2011

6.4 _____. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005

6.5 ROLLEMBERG, Denise. **Exílio:** Entre raízes e radares. Rio de Janeiro. Record, 1999

6.6 SILVA, Tomás Tadeu da. (org) **Identidade e Diferença.** A perspectiva dos grupos culturais. 9ª edição, Petrópolis, Vozes, 2009.